



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

---

**PARECER**

---

**PROJETO DE LEI Nº 1011/2022. CRIA E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE JOÃO PESSOA A SEMANA MUNICIPAL DE PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO, NA FORMA QUE INDICA.**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de nº 1011/2022 de autoria do Vereador Coronel Sobreira, qual inclui no anexo único da Lei Ordinária Nº 13.768/2019, que consolida a legislação Municipal referente a eventos e feriados, a semana municipal de proclamação do Evangelho, na forma que indica.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Primeiramente, informamos que, após análise inicial frente o SAPL da Câmara Municipal de João Pessoa, foi verificado que não há conflitos entre normas já existentes.

Portanto, os artigos do Projeto de Lei apresentado, impende destacar que não contém vícios que possam macular a sua constitucionalidade, estando os mesmo em de acordo com o que determina a Lei Orgânica do Município de João e o Regimento Interno da Câmara Municipal, onde é garantido ao Município legislar sobre matérias de interesse local, o que de fato é exatamente o caso dos autos.

Além disso, insta ressaltar que os demais artigos do Projeto Lei em debate não invadem a competência exclusiva do Poder Executivo. Por outro lado, cumpre registrar que a esta Comissão cabe o exame da constitucionalidade e legalidade dos projetos de lei (Art. 42, inciso I da LOM). Estando a proposição de acordo com a Constituição Federal (Art. 30, inciso I), com a Constituição Estadual (Art. 21, §1º da Constituição Estadual), com a Lei Orgânica do Município (Art. 29 da LOM), bem como, o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal (Art. 136 Regimento Interno), não se vislumbram motivos



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

para o impedimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Ademais, o Projeto versa sobre interesse estritamente local, além de ser competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre à proteção do bem comum.

### **III – CONCLUSÃO**

PELO EXPOSTO, opina pelo **PARECER FAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei de nº 1011/2022**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

João Pessoa, 15 de dezembro de 2022.

**THIAGO LUCENA**  
Vereador – PRTB



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

**IV - Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei nº 1011/2022**, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das Comissões, 15 de dezembro de 2022.

**Bosquinho**  
Presidente

**Damásio Franca**  
Vice-Presidente

**Durval Ferreira**  
Membro

**Tarcísio Jardim**  
Membro

**Bispo José Luiz**  
Membro

**Carlos Gustavo Gomes**  
Membro

**Thiago Lucena**  
Membro